



A cidade em camadas: patrimônio, tempo e disputas de memória em Vitória da Conquista (BA)

The City in Layers: Heritage, Time, and Memory Disputes in Vitória da Conquista (BA)

La ciudad en capas: patrimonio, tiempo y disputas de memoria en Vitória da Conquista (BA)

Gabriel Silva Santos [*]

Washington Ramos dos Santos Junior [**]

[*] Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: gabriel.geo.santos@gmail.com.

[**] Dr. em Psicologia Social e Dr. em Geografia Humana, professor efetivo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa a cidade de Vitória da Conquista (BA) a partir da noção de “camadas de memória”, e evidencia como a paisagem urbana expressa disputas entre preservação e uso do espaço. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e registros fotográficos. O estudo concentrou-se em dois eixos: a arquitetura histórica do centro e a Lagoa das Bateias. No primeiro, a ausência de políticas de preservação favorece a substituição de casas antigas por prédios, com consequente apagamento de referências culturais. No segundo, verificou-se que, apesar das revitalizações recentes, a lagoa permanece marcada por problemas ambientais relacionados ao saneamento e à pressão urbana. Conclui-se que Vitória da Conquista exemplifica como cidades médias brasileiras reúnem diferentes temporalidades em sua configuração espacial e confirma que a preservação do patrimônio constitui processo em permanente disputa.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Paisagem urbana.

Abstract: This article analyzes the city of Vitória da Conquista (BA) through the notion of “layers of memory” and highlights how the urban landscape expresses disputes between preservation and spatial use. The research was based on bibliographic review, documentary analysis, and photographic records. The study focused on two axes: the historic architecture of the city center and the Lagoa das Bateias. In the first, the absence of preservation policies has favored the replacement of old houses with buildings, resulting in the erasure of cultural references. In the second, it was

observed that, despite recent revitalizations, the lagoon remains affected by environmental problems related to sanitation and urban pressure. The study concludes that Vitória da Conquista exemplifies how medium-sized Brazilian cities bring together different temporalities in their spatial configuration and confirms that heritage preservation is a process in permanent dispute.

Keywords: Heritage; Memory; Urban landscape.

Resumen: Este artículo analiza la ciudad de Vitória da Conquista (BA) a partir de la noción de “capas de memoria” y muestra cómo el paisaje urbano expresa disputas entre preservación y uso del espacio. La investigación se basó en revisión bibliográfica, análisis documental y registros fotográficos. El estudio se centró en dos ejes: la arquitectura histórica del centro y la Lagoa das Bateias. En el primero, la ausencia de políticas de preservación favorece la sustitución de casas antiguas por edificios, con el consecuente borramiento de referencias culturales. En el segundo, se constató que, a pesar de las recientes revitalizaciones, la laguna sigue marcada por problemas ambientales vinculados al saneamiento y a la presión urbana. Se concluye que Vitória da Conquista ejemplifica cómo las ciudades intermedias brasileñas reúnen diferentes temporalidades en su configuración espacial y confirma que la preservación del patrimonio constituye un proceso en permanente disputa.

Palabras clave: Patrimonio; Memoria; Paisaje urbano

Introdução

A cidade contemporânea se apresenta como um espaço atravessado por múltiplas temporalidades, onde permanências, rupturas e reinvenções se sobrepõem em constante tensão. Em municípios de porte médio, como Vitória da Conquista (BA), essa condição é particularmente visível. A expansão urbana, orientada por lógicas técnico-mercantis, convive com a persistência de espaços simbólicos e práticas sociais que configuram camadas vivas da memória coletiva. Nesse cenário, praças, edifícios antigos e lugares de sociabilidade não apenas compõem a paisagem material, mas se consolidam como depositários de narrativas e identidades que resistem ou são tensionadas pela modernização. Assim, analisar a cidade requer interpretá-la como território de disputa, no qual se cruzam histórias, silenciamentos e reinvenções.

Fundada no século XVIII, Vitória da Conquista consolidou-se como um entreposto sertanejo nas rotas comerciais que ligavam o litoral ao interior da Bahia. Seu crescimento ocorreu de modo progressivo e esteve ligado ao fortalecimento das atividades econômicas e dos serviços públicos regionais. A partir da década de 1940, com a abertura de estradas e a criação de instituições de

ensino e administração, o núcleo urbano transformou-se em polo regional de influência (Rocha 2005, Rocha 2018). Essa trajetória histórica resultou em uma paisagem que combina permanências do traçado antigo com novas formas de ocupação, o que revela diferentes temporalidades e dinâmicas de ocupação do espaço conquistense.

A configuração urbana de Vitória da Conquista expressa a sobreposição de tempos e interesses que marcaram sua formação. O antigo núcleo central, estruturado em torno da Praça Tancredo Neves, transformou-se em polo comercial e de serviços, enquanto as áreas periféricas foram incorporadas de modo desigual. A incorporação desigual das áreas periféricas ocorreu durante as etapas de expansão urbana. Essa dinâmica produziu contrastes territoriais e novos vetores de valorização do solo, impulsionados por intervenções públicas e pela especulação imobiliária. Como observa Rocha (2018, 86), o território conquistense “se reconfigura de acordo com as forças políticas e econômicas que o sustentam”, e revelou um espaço em constante disputa e ressignificação.

A discussão sobre patrimônio no Brasil acompanhou esse movimento de complexificação. Nas últimas décadas, o conceito deslocou-se de uma perspectiva monumentalista, centrada em bens de valor artístico e excepcionalidade, para uma compreensão mais processual, que valoriza as práticas sociais, os significados coletivos e a diversidade cultural (Fonseca 2005, Choay 2001). Esse alargamento permite compreender o patrimônio como fenômeno vivo, atravessado por disputas de reconhecimento e estratégias de legitimação. Contudo, a urbanização contemporânea introduz pressões inéditas sobre os espaços de memória ao promover transformações que, muitas vezes, enfraquecem vínculos de pertencimento e identidade. É nesse cruzamento entre memória social e lógica do capital que se insere a problemática dessa pesquisa.

A reflexão teórica sobre memória fornece importantes ferramentas para compreender esse quadro. Halbwachs (1990) propôs a noção de memória coletiva ao afirmar que recordar não é um ato individual, mas um processo social sustentado por quadros de referência compartilhados. Nora (1993), ao propor os lugares de memória, evidenciou que a aceleração do tempo moderno e o enfraquecimento das tradições transformaram certos espaços em depositários de lembranças, numa tentativa de compensar a perda do vivido. Tais conceitos ajudam a perceber a cidade como palimpsesto, na qual se sobrepõem camadas de permanência e apagamento, o que revela a densidade simbólica inscrita em seus espaços.

A leitura crítica do patrimônio urbano também exige considerar o território como espaço vivido. Para Santos (2000), o território não se reduz à materialidade física, mas constitui-se como

instância ativa da vida social, onde se entrelaçam relações de poder, identidade e pertencimento. Na mesma direção, Tuan (1983) diferencia espaço e lugar ao enfatizar que o último é resultado da experiência vivida e dos vínculos afetivos que nele se estabelecem. Esses aportes teóricos são fundamentais para pensar Vitória da Conquista não apenas como aglomerado urbano, mas como cidade produzida por narrativas, práticas e memórias que conferem sentido aos seus espaços.

No campo da crítica urbana, autores como Abreu (1998), Harvey (2005) e Rolnik (1997) demonstram que a cidade é sempre uma construção histórica, atravessada por escolhas políticas, econômicas e culturais que tendem a privilegiar interesses do capital. Para Harvey (2005, 121), “a urbanização do capital cria ambientes construídos que tendem a ser efêmeros, constantemente remodelados para atender às novas exigências do mercado”. Tal leitura revela que os processos de transformação urbana não ocorrem apenas por razões demográficas ou funcionais, mas refletem pressões estruturais que frequentemente colidem com a preservação da memória. A tensão entre a expansão imobiliária e a permanência de referências simbólicas torna-se evidente em cidades médias, onde a especulação imobiliária reconfigura centralidades e redefine usos do solo.

Nesse contexto, pensar o patrimônio em Vitória da Conquista significa compreender como diferentes grupos sociais disputam a legitimidade de suas memórias, narrativas e práticas. A arquitetura histórica, com casas construídas no início do século XX, e a Lagoa das Bateias, espaço natural e simbólico, são exemplos de camadas que persistem, se transformam ou são invisibilizadas diante do avanço urbano. Esses casos revelam que o patrimônio não é um dado fixo, mas um processo social e político permeado por escolhas que definem o que será lembrado e o que será silenciado. A cidade emerge como campo de negociações e conflitos, no qual a memória se afirma em meio a ameaças de descaracterização.

Diante desse quadro, a proposta deste artigo é analisar como o patrimônio cultural urbano de Vitória da Conquista pode ser interpretado como espaço de memória social e disputa temporal. Para isso, articula-se a análise empírica centrada na arquitetura histórica e na Lagoa das Bateias aos referenciais teóricos sobre memória, patrimônio e urbanização. O objetivo é discutir a necessidade de políticas culturais e urbanísticas que considerem as múltiplas temporalidades da cidade ao reconhecer o patrimônio como dimensão viva do território. Ao problematizar o urbano como campo de disputa, busca-se contribuir para o debate sobre paisagem, memória e poder em contextos de crise, por articular a realidade conquistense às discussões contemporâneas sobre justiça espacial e preservação patrimonial.

A cidade em camadas: patrimônio, memória e disputas de tempo em Vitória da Conquista (BA)

A reflexão sobre memória ocupa um lugar central nas Ciências Humanas, sobretudo quando se busca compreender a cidade como espaço de permanências e rupturas. Halbwachs (1990) introduziu a noção de memória coletiva ao destacar que as lembranças não se constituem de forma isolada, mas por quadros sociais que lhes conferem sentido. Como afirma o autor, “a memória individual é apenas um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs 1990, 51). Essa perspectiva evidencia que recordar não é um ato neutro, mas uma construção social atravessada por disputas de significados. Aplicada ao contexto urbano, tal concepção permite reconhecer que os espaços da cidade são suportes privilegiados da memória, que podem servir de referência para identidades e narrativas compartilhadas.

Nora (1993), ao propor o conceito de lugares de memória, aprofunda esse debate ao relacionar memória e história no mundo contemporâneo. Para o autor, a aceleração do tempo moderno e o enfraquecimento das tradições transformaram certos espaços e objetos em depositários da memória social, numa tentativa de compensar a perda do vivido. Como afirma o autor: “A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente eterno” (Nora 1993, 9).

A partir dessa concepção, a cidade pode ser compreendida como um vasto campo de lugares de memória, onde os espaços urbanos ganham sentido não apenas por sua materialidade, mas pela densidade simbólica que carregam. Tal leitura é fundamental para analisar como Vitória da Conquista reúne temporalidades distintas em sua paisagem, ao tensionar o passado, o presente e os projetos de futuro.

Além disso, o diálogo entre Halbwachs e Nora contribui para compreender que a memória social se manifesta em múltiplos níveis, desde práticas cotidianas até a institucionalização de patrimônios culturais. Ao mesmo tempo, revela que a disputa pelo reconhecimento de determinadas lembranças envolve relações de poder, na medida em que alguns grupos têm maior capacidade de impor sua narrativa sobre a cidade. Assim, pensar o patrimônio em Vitória da Conquista requer situá-lo como expressão de temporalidades em conflito, onde certos espaços são preservados, enquanto outros são invisibilizados ou transformados pelas lógicas urbanas.

O conceito de patrimônio passou por uma profunda transformação ao longo do século XX, por se deslocar de uma perspectiva centrada nos monumentos e nas artes consagradas para uma abordagem mais ampla, que inclui práticas sociais, manifestações culturais e saberes coletivos. Como destaca Choay (2001, 98) “o patrimônio não é apenas um objeto herdado, mas também uma produção simbólica que reflete as escolhas de uma sociedade”. A noção moderna de patrimônio emerge vinculada a uma memória monumentalista, preocupada em preservar obras de arte e edificações excepcionais. No entanto, a ampliação desse conceito tornou possível compreender o patrimônio como uma construção social, sujeita a disputas de sentido e ao reconhecimento de diferentes grupos.

No contexto brasileiro, Fonseca (2005) contribui decisivamente para a compreensão do patrimônio como processo ao enfatizar que ele não deve ser entendido apenas como herança a ser preservada, mas como um fenômeno social e político em constante transformação. Sua obra evidencia que a noção de patrimônio é atravessada por disputas de poder, na medida em que certos bens, práticas e memórias são reconhecidos e valorizados, enquanto outros permanecem invisibilizados. A autora chama atenção para o fato de que as políticas públicas de preservação frequentemente refletem interesses específicos e revelam que a escolha do que preservar nunca é neutra, mas situada em contextos históricos e sociais concretos.

O patrimônio cultural é menos um conjunto de objetos e mais um campo de disputas, no qual diferentes atores sociais buscam afirmar identidades, memórias e direitos. Ao mesmo tempo em que preserva, a política patrimonial seleciona, hierarquiza e exclui, definindo quais expressões culturais merecem ser transmitidas às gerações futuras e quais podem ser relegadas ao esquecimento (Fonseca 2005, 58-59).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a patrimonialização como um processo dinâmico, no qual se negociam sentidos e pertencimentos. Mais do que proteger monumentos ou objetos, trata-se de reconhecer que o patrimônio se constrói em meio a tensões entre tradição e modernidade, memória e esquecimento, permanência e transformação. Essa abordagem abre espaço para uma leitura crítica do caso de Vitória da Conquista, onde o crescimento urbano e as disputas sociais influenciam diretamente o que é lembrado e o que é apagado da paisagem urbana.

Canclini (1994) amplia ainda mais esse debate ao propor o conceito de culturas híbridas e destacar que as expressões culturais se formam em contextos de interpenetração entre o tradicional e o moderno. No campo do patrimônio, essa ideia é especialmente relevante para pensar as cidades latino-americanas, em que convivem formas culturais populares, práticas cotidianas e intervenções institucionais de preservação. Para Canclini (1994, 149), “as políticas culturais devem reconhecer a

diversidade e a heterogeneidade como elementos constitutivos das identidades contemporâneas”. Assim, o patrimônio deixa de ser apenas herança cristalizada e se afirma como território de negociações simbólicas, atravessado por tensões entre memória, modernidade e globalização.

A análise do patrimônio urbano não pode prescindir da compreensão do território como dimensão simbólica e vivida. Para Santos (2000), o território não se reduz à sua materialidade física, mas constitui-se como espaço apropriado pelas práticas sociais, onde se entrelaçam relações de poder, identidade e pertencimento. Nas palavras do autor, “o território não é apenas o resultado de uma acumulação de objetos no espaço, mas uma instância ativa da vida social, pois carrega a marca das ações humanas” (Santos 2000, 107). Essa concepção amplia a leitura do patrimônio e permite compreendê-lo como parte de processos mais amplos de produção e uso do espaço urbano.

Tuan (1983), ao diferenciar espaço e lugar, reforça essa perspectiva destacando que o lugar é constituído pela experiência vivida e pelos vínculos afetivos que nele se estabelecem. Para o autor, “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Essa ideia é fundamental para pensar o patrimônio urbano como resultado da relação entre as pessoas e o espaço, uma vez que os lugares de memória só existem porque carregam significados compartilhados, que são construídos na prática cotidiana.

No caso específico das cidades brasileiras, Abreu (1998) chama atenção para o caráter histórico do espaço urbano. Ele observa que a cidade deve ser entendida como uma construção social ao longo do tempo, resultado do acúmulo histórico de escolhas políticas, econômicas e culturais. Segundo o autor, “a cidade é sempre uma construção histórica” (Abreu 1998, 9), o que significa dizer que sua configuração atual não é fruto do acaso, mas de processos acumulativos e conflituosos. Essa perspectiva permite enxergar a paisagem urbana como um palimpsesto, em que se sobrepõem camadas de permanência, apagamento e reconstrução simbólica da paisagem urbana, além de evidenciar as disputas em torno da memória e do patrimônio.

A urbanização contemporânea é marcada por ritmo acelerado e lógicas orientadas pelo capital, as quais frequentemente entram em choque com as dimensões simbólicas e históricas da cidade. Harvey (2005) observa que o processo urbano está intrinsecamente ligado à reprodução do capital, ao produzir espaços voltados mais para a acumulação econômica do que para o bem-estar social. Para o autor, “a urbanização do capital cria ambientes construídos que tendem a ser efêmeros, constantemente remodelados para atender às novas exigências do mercado” (Harvey 2005, 121). Essa leitura permite compreender que a cidade não se transforma apenas por razões

demográficas ou funcionais, mas também como resultado de pressões econômicas que afetam diretamente a preservação do patrimônio.

Santos (2000) reforça essa crítica ao apontar que o espaço urbano não é neutro, mas resultado de relações sociais mediadas por interesses desiguais. Para ele, a urbanização no Brasil tem produzido uma cidade fragmentada, em que os usos do território refletem hierarquias de poder. Nesse contexto, a preservação patrimonial muitas vezes é secundarizada diante da valorização imobiliária e da expansão do tecido urbano. Como afirma o autor, “a cidade corporativa organiza o espaço em função das necessidades do capital, e não das necessidades da sociedade” (Santos 2000, 158). Essa contradição se expressa de modo particular nas cidades médias que, sofrem intensamente as pressões do crescimento desordenado.

No caso brasileiro, Abreu (1998) advertia que o crescimento urbano tende a produzir apagamentos seletivos da memória, pois determinadas áreas são transformadas para abrir espaço a novos usos, enquanto outras são preservadas conforme critérios de interesse político ou econômico. A cidade é palco de disputas constantes entre permanência e destruição, memória e esquecimento. Entender a urbanização como campo de conflitos patrimoniais é fundamental para analisar realidades como a de Vitória da Conquista, onde a expansão territorial se sobrepõe a referências culturais e naturais, o que evidencia as tensões entre planejamento urbano, interesses de mercado e preservação da memória coletiva.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, voltada para compreender o patrimônio cultural urbano enquanto expressão da memória social em disputa. O recorte empírico privilegiou áreas centrais de Vitória da Conquista, edifícios históricos e espaços de sociabilidade coletiva, entendidos como camadas significativas da paisagem urbana. Essa escolha metodológica decorre do objetivo de analisar a cidade como campo de tensões entre permanências e transformações, o que evidencia como diferentes temporalidades se manifestam no espaço.

Com esse objetivo, foram mobilizadas duas estratégias principais: a observação de campo —realizada em 2025, com registros fotográficos e anotações sobre o uso e a transformação dos espaços — e a análise documental, que incluiu matérias publicadas no site oficial da Prefeitura (PMVC), legislações urbanísticas e materiais de órgãos de preservação, como IPHAN e UNESCO. A articulação dessas fontes possibilitou interpretar o patrimônio não como conjunto estático de

bens, mas como processo social em constante negociação, revelando os embates entre urbanização, memória e políticas de preservação no contexto conquistense.

Resultados e Discussões

A paisagem urbana de Vitória da Conquista expressa uma sobreposição de tempos históricos que confere à cidade o caráter de espaço em camadas. Entre edifícios modernos e novas centralidades comerciais, persistem construções erguidas nas primeiras décadas do século XX (figura 1), marcadas por fachadas ornamentadas, platibandas, balcões em ferro e esquadrias de madeira. Essas casas materializam modos de morar, práticas sociais e formas de organização territorial vinculadas a um período de consolidação da cidade como polo regional. Como lembra Nora (1993, 9), os lugares de memória existem “porque há neles uma vontade de memória”, e é precisamente essa vontade que ainda confere sentido às antigas edificações, mesmo quando ameaçadas de ruína.

Figura 01. Edificações históricas no centro de Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Acervo Pessoal do autor, 2025.

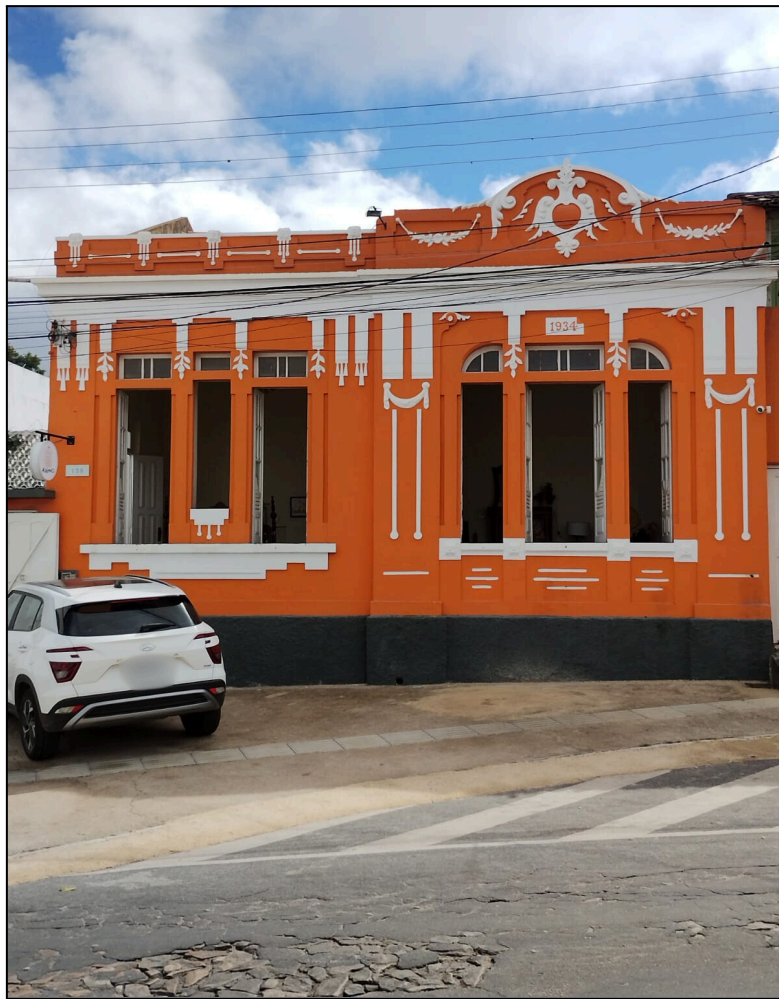
O contraste entre permanência e descaracterização revela que o espaço urbano não é apenas suporte físico, mas também campo de disputas simbólicas. A pressão do mercado imobiliário, sobretudo nas áreas centrais, tem conduzido à substituição de casas antigas por construções verticais, o que apaga vestígios da memória coletiva. Esse processo é discutido por Harvey (2005). Para o autor, a urbanização do capital produz ambientes construídos que são constantemente remodelados de acordo com exigências de acumulação econômica. Em Vitória da Conquista, a verticalização crescente transforma a paisagem e fragiliza vínculos comunitários, por impor as narrativas do capital sobre as da memória.

Rolnik (1997, 49) alerta que “o espaço urbano é também um espaço de disputa de narrativas”. Na cidade, essa disputa se expressa em diferentes escalas, entre edifícios preservados e ruínas, entre restaurações pontuais e abandonos generalizados, entre políticas ausentes e interesses

privados que conduzem a descaracterizações. Como resultado, a memória urbana se torna seletiva ao reconhecer apenas parte de seu patrimônio, enquanto outros imóveis são invisibilizados ou destruídos. A ausência de um inventário atualizado e de instrumentos de proteção agrava o risco de apagamento e reforça desigualdades na valorização de determinados espaços em detrimento de outros.

Ainda que predominem riscos de descaracterização, algumas iniciativas mostram caminhos alternativos. Projetos privados de restauração adaptam antigas casas a novas funções como espaços culturais, restaurantes e consultórios e preservam elementos arquitetônicos originais (figura 2). Essas experiências sugerem a possibilidade de conciliar preservação e uso contemporâneo. Canclini (1994) aponta que é preciso “repensar o urbano como espaço onde circulam e se confrontam temporalidades distintas”. Ao integrar o passado ao presente, tais iniciativas permitem que a população reconheça sua história como parte viva do cotidiano, em vez de mero resquício de outro tempo.

Figura 02. Edifício antigo que faz parte da rede de cafeterias Rigno.



Fonte: Acervo Pessoal do autor, 2025.

A análise da arquitetura histórica de Vitória da Conquista permite compreender que a cidade não pode ser lida apenas como cenário estético, mas também como território de disputas em que se decide o que será lembrado e o que será esquecido. Nesse processo, como enfatiza Fonseca (2005), o patrimônio deve ser entendido como resultado de escolhas sociais e políticas, em constante negociação. Preservar os imóveis antigos não significa congelar o espaço urbano, mas reconhecer que a cidade é também espaço de identidades e memórias coletivas que não podem ser reduzidas à lógica da valorização imobiliária.

No campo ambiental, a Lagoa das Bateias constitui um exemplo emblemático das tensões entre preservação e transformação urbana. Localizada na zona oeste de Vitória da Conquista, com área de aproximadamente 53 hectares, a lagoa exerce funções ecológicas essenciais, como recarga de aquíferos, regulação microclimática e manutenção da biodiversidade. Mais do que isso, representa um espaço de memória coletiva, no qual práticas de lazer, manifestações culturais e

vínculos afetivos transformam a paisagem em território de pertencimento (figura 3). Como observa Halbwachs (1990), recordar não é ato isolado, mas processo social sustentado por quadros coletivos. A lagoa se inscreve exatamente nesses quadros pelo fato de ser continuamente reinterpretada pela comunidade que a frequenta.

Figura 03. Lagoa das Bateias: paisagem ambiental e usos comunitários em Vitória da Conquista (BA)



Fonte: (PMVC 2017; 2023).

A partir de 2007, quando foi instituída como Unidade de Conservação, a Lagoa das Bateias passou a ser objeto de políticas de preservação. Nos anos seguintes, ações de requalificação promoveram a instalação de pistas de caminhada, drenagem e obras paisagísticas. Em 2023, a Prefeitura anunciou novas etapas de revitalização e a abertura de trechos voltados ao lazer e esporte comunitário (PMVC, 2023). No entanto, apesar dessas iniciativas, persistem problemas ambientais, como o lançamento irregular de esgoto (figura 04) e o acúmulo de resíduos, que comprometem a qualidade da água e a vitalidade do ecossistema (Almeida, Moura e Vieira 2015; Rodrigues 2015).

Figura 04. Retirada de lixo da Lagoa das Bateias



Fonte: (PMVC, 2023).

Essa contradição revela o caráter fragmentado da política ambiental urbana. Como enfatiza Santos (2000), o território é instância ativa da vida social e reflete desigualdades e disputas de poder. No caso da Lagoa das Bateias, a ausência de articulação efetiva entre órgãos gestores e comunidade enfraquece a proteção e torna o espaço vulnerável a interesses imediatistas. A degradação ambiental não afeta todos igualmente; os impactos recaem sobretudo sobre os moradores do entorno, em bairros que sofrem com a falta de saneamento básico, o que reforça desigualdades ambientais e sociais.

Mais do que espaço natural, a Lagoa das Bateias configura-se como lugar de memória e resistência simbólica. A apropriação do espaço para lazer, práticas esportivas e atividades de sensibilização ambiental é evidenciada por políticas públicas recentes, como os programas de revitalização e uso comunitário promovidos pelo município (PMVC 2023), além de estudos que destacam seu potencial pedagógico em projetos de educação ambiental (Passos, Melo e Silva 2009). Essa dimensão afetiva aproxima-se da concepção de Tuan (1983), para quem o lugar é constituído por experiências vividas e valores atribuídos coletivamente. A lagoa é mais do que paisagem, é território de identidade e reconhecimento simbólico.

Em Vitória da Conquista, a valorização do patrimônio depende sobretudo da atuação do poder público e de instâncias culturais. O Conselho Municipal de Cultura tem papel central nas deliberações sobre tombamentos e acompanhamento das ações de preservação realizadas pela Secretaria de Cultura. No caso da Lagoa das Bateias, o espaço é utilizado cotidianamente por

moradores da zona oeste, que o frequentam para lazer e atividades esportivas. Embora sem organização formal, esses usos mantêm o parque ativo e socialmente reconhecido, além de demonstrar que a preservação resulta também da presença constante da população.

Nos últimos anos, o Parque Municipal da Lagoa das Bateias tornou-se foco de ações voltadas à recuperação ambiental e ao lazer urbano. Reconhecida como Unidade de Conservação desde 2012, a área reúne lagoas e ecossistemas relevantes para a drenagem e a biodiversidade locais (PMVC, 2023). Entre 2024 e 2025, a Prefeitura promoveu novas intervenções e incluiu a revitalização da Vila Esportiva e obras de drenagem e paisagismo (PMVC, 2025). Embora representem avanços, essas ações ainda enfrentam limitações de continuidade e de integração entre conservação e valorização simbólica da paisagem.

Lima destaca que (2016, 87) “a ausência de articulação entre os órgãos gestores e a comunidade fragiliza a consolidação do parque como um espaço público de preservação permanente”. Ao permanecer dependente de intervenções descontínuas, o espaço corre o risco de ser reduzido a instrumento de gestão técnica, sem integrar as dimensões sociais e culturais que lhe conferem sentido. A leitura de Rolnik (1997) sobre a disputa de narrativas no espaço urbano ajuda a compreender a situação da Lagoa das Bateias, onde a memória comunitária e a lógica de exploração urbana se enfrentam. O destino da lagoa será definido por essa correlação de forças. Isso revela que a paisagem não é neutra, mas produto de escolhas políticas e sociais.

A Lagoa das Bateias evidencia que a paisagem natural também é atravessada pelas pressões da urbanização. As recentes obras de requalificação promovidas pela Prefeitura representaram avanços na valorização do parque, mas problemas como o esgoto irregular e a precariedade do saneamento nos bairros vizinhos revelam contradições na gestão ambiental. Esses desafios mostram que a preservação não pode se limitar a intervenções estéticas, mas deve se consistir também em políticas consistentes e da participação comunitária para garantir sua função ecológica e social em um contexto de crise climática e expansão urbana.

A análise da arquitetura histórica e da Lagoa das Bateias demonstra que, em Vitória da Conquista, tanto os edifícios quanto os espaços naturais funcionam como camadas de memória em permanente disputa. As casas antigas revelam as tensões entre permanência e descaracterização diante da pressão imobiliária, enquanto a lagoa evidencia os limites das políticas ambientais frente à expansão urbana. Em ambos os casos, a paisagem urbana se mostra como território de negociação, no qual se confrontam interesses de preservação, uso social e exploração econômica. Essa leitura confirma que a cidade não pode ser entendida apenas como cenário material, mas como espaço de

poder e de escolhas, no qual diferentes narrativas competem para definir o que será lembrado e o que será esquecido.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender Vitória da Conquista como uma cidade constituída por camadas de memória, em que diferentes temporalidades se sobrepõem e disputam a permanência. A noção de patrimônio, mais do que herança estática, revela-se como processo social atravessado por escolhas políticas, tensões econômicas e significados coletivos. Nesse sentido, tanto a arquitetura histórica quanto a Lagoa das Bateias ilustram como a paisagem urbana expressa simultaneamente permanências e rupturas, ao mostrar que a cidade é sempre resultado de negociações entre tradição, modernidade e projetos de futuro.

Na arquitetura, as casas antigas ainda presentes em áreas centrais materializam modos de vida e práticas urbanas que resistem à pressão do capital imobiliário. Entretanto, a ausência de políticas efetivas de preservação tem contribuído para o apagamento de parte significativa dessa memória. A substituição por edificações verticais evidencia a força do mercado na produção da paisagem e confirma que o espaço urbano é também campo de poder e disputa de narrativas. Ao mesmo tempo, as experiências pontuais de restauração revelam que é possível integrar passado e presente, ao reafirmar o patrimônio como dimensão viva da cidade.

No campo ambiental, a Lagoa das Bateias se destaca como patrimônio natural e espaço simbólico, por reunir funções ecológicas e significados sociais. As políticas de revitalização recentes representam avanços, mas persistem fragilidades na gestão e falhas de articulação com a comunidade, além da precariedade do saneamento nos bairros do entorno. Essas contradições demonstram que a preservação não pode se restringir a intervenções estéticas ou pontuais. Mais que isso, deve incorporar a participação popular e garantir o direito coletivo ao território em um contexto de crise climática e expansão urbana.

Por fim, compreender Vitória da Conquista como cidade em camadas é reconhecer que sua paisagem não é neutra, mas território de disputas no qual se decide quem e o que merece ser lembrado. A valorização do patrimônio, seja ele construído, natural ou simbólico, requer políticas públicas consistentes e sensíveis às múltiplas temporalidades que compõem a vida urbana. Apenas assim será possível assegurar que a memória coletiva se mantenha, longe de ser apagada pelo avanço do capital, como fundamento da identidade e do pertencimento social.

Referências

- Abreu, Maurício de Almeida. 1998. *A cidade é sempre uma construção histórica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Almeida, Antônio, José Moura, e Carlos Vieira. 2015. *Problemas ambientais em áreas urbanas de Vitória da Conquista*. Salvador: EDUFBA.
- Canclini, Néstor García. 1994. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- Choay, Françoise. 2001. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Fonseca, Maria Cecília Londres. 2005. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- Halbwachs, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Harvey, David. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Lima, Thiago. 2016. *Política ambiental e gestão participativa: desafios da conservação urbana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, no. 10 (1993): 7–28.
- Passos, Maria, João Melo, e Roberto Silva. “Educação ambiental e pertencimento: experiências em Vitória da Conquista”. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza 31, no. 2 (2009): 45-60.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2023. *Com recursos próprios, Prefeitura revitaliza Lagoa das Bateias para iniciar obras de infraestrutura no parque*. Vitória da Conquista. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/com-recursos-proprios-prefeitura-revitaliza-lagoa-das-bateias-para-iniciar-obras-de-infraestrutura-no-parque/>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2023. *Lagoa das Bateias: trecho será reservado à prática de lazer e esportes aos domingos*. Vitória da Conquista. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/lagoa-das-bateias-trecho-sera-reservado-a-pratica-de-lazer-e-esportes-aos-domingos/>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2012. *Parque Municipal da Lagoa das Bateias*. Vitória da Conquista: PMVC (atualizado 28 jun. 2023). Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/parque-municipal-da-lagoa-das-bateias/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Conselho Municipal de Cultura aprova tombamento de cinco imóveis históricos de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: PMVC, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/conselho-municipal-de-cultura-aprova-tombamento-de-cinco-imoveis-historicos-de-vitoria-da-conquista>. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Parque Municipal da Lagoa das Bateias vai receber nova etapa de intervenção*. Vitória da Conquista: PMVC, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/parque-municipal-da-lagoa-das-bateias-vai-receber-nova-etapa-de-intervencao/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Lagoa das Bateias: principal opção de lazer da Zona Oeste, Vila Esportiva completa um ano de revitalização*. Vitória da Conquista: PMVC, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/lagoa-das-bateias-principal-opcao-de-lazer-da-zona-oeste-vila-esportiva-completa-um-ano-de-revitalizacao/>. Acesso em: 29 out. 2025.

Rocha, Altemar Amaral, e Ferraz, Ana Emília de Quadros. 2005. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (BA). Em *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: USP.

Rocha, Altemar Amaral. O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista. *Revista Geopauta* 2, no. 3, (2018): 83–91.

Rolnik, Raquel. 1997. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.

Santos, Milton. 2000. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

Tuan, Yi-Fu. 1983. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: Difel.